



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

IX LEGISLATURA (2010-2014)

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DE 19 DE JANEIRO DE 2012

Presidente: Ex. ^{mo} Sr. Alcino Pinto

Secretário: Ex. ^{mo} Sr. Francisco Rita

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 9 horas e 50 minutos.

A Comissão Parlamentar de Inquérito auscultou O Sr. Director Comercial da Transcoprese (Mário Pires dos Santos), para averiguar a legalidade do processo de venda das 40 274 chapas de zinco do projecto financiado pelo governo japonês.

Intervieram, a diverso título, os Srs. Deputados Levy Nazaré (ADI), José Viegas (MLSTP/PSD), Gil Costa (PCD), Alexandre Guadalupe (ADI), Paulo Jorge (ADI) e António Ramos (MLSTP/PSD).

O Sr. Presidente declarou encerrada a reunião às 10 horas e 25 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 9 horas e 50 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Alexandre Guadalupe
José António Miguel

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social Democrata (MLSTP/PSD):

Alcino Pinto
Dionísio Leopoldino
José Viegas

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Gil Costa

O Sr. **Presidente**: — Mário Pires dos Santos Neto de Ceita, é esse o seu nome?

O Sr. **Director Comercial da Transcoprese** (Mário Pires dos Santos): — Sim.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, damos as boas vindas.

Sr. Mário, estamos na Assembleia Nacional e em sede da Comissão Parlamentar de Inquérito, vulgarmente chamamos de CPI.

A nossa CPI foi constituída em 28 de Setembro de 2011, o objectivo dessa comissão são três:

1 Analisar profundamente o processo de venda de 40 274 chapas de zinco do projecto financiado pelo Governo Japonês em 2008.

2 Averiguar a legalidade dos actos a luz das normas em vigor.

3 Propor medidas correctivas que permita a reposição da legalidade responsabilizando eventuais infractores.

O quê que se passa?

Essas chapas de zinco foram vendidas, e de acordo com as informações disponíveis, num primeiro momento as chapas foram para o leilão numa primeira praça e depois retirou-se as chapas do leilão e passou-se a um processo de venda em que de acordo com algumas informações também obtidas ao longo do processo de inquérito, sabemos que a empresa da qual o senhor é sócio, ou seja, a Transcoprese Lda. Participou também neste processo para a aquisição destas chapas de zinco.

Daí que como CPI, permita-me que lhe diga algumas questões relacionadas com a lei que cria esta mesma Comissão para que o senhor se situe, tendo em conta que provavelmente na vida não é questão da sua lide habitual. Esta lei é Lei n.º2/2007 designada Lei dos Regimes dos Inquéritos Parlamentares.

Tem como objecto os inquéritos parlamentares, matéria de interesse relevante para a vida política económica e social do país.

Artigo 2.º «Os inquéritos parlamentares têm por função vigiar pelo cumprimento da Constituição e das leis bem como a apreciação dos actos de Governo e da administração».

Aqui concretamente, os deputados que solicitaram essa CPI querem ver se esse acto administrativo decorreu correctamente de acordo com as normas legais da República.

A nossa Comissão tem alguns poderes e deixa-me cita-lo apenas alguns:

1. «As Comissões Parlamentares do Inquéritos gozam de todos os poderes de investigação das autoridades judiciais».

O que significa que enquanto Comissão Parlamentar de Inquérito temos alguns poderes próximos dos poderes judiciais.

2. «As comissões têm direito à coadjuvação dos órgãos de investigação criminal e de autoridades administrativas nos mesmos termos que os Tribunais Judiciais».

3. «As comissões parlamentares de inquérito por proposta dos seus membros, podem requerer ao Governo, às autoridades Judiciais, aos órgãos da administração ou às entidades privadas, as informações e documentos que julguem úteis à realização do inquérito».

Aí o senhor está na qualidade de uma entidade privada.

O artigo 19.º, depoimentos.

1. «A falta de comparência perante a Comissão Parlamentar de Inquérito ou a recusa de depoimento só se terão por justificadas nos termos gerais da lei Processual Penal.

2. A obrigação de comparecer perante a Comissão tem precedência sobre qualquer acto ou diligência oficial».

E relativamente as sanções, deixa-me apenas também recordar-lhe algumas:

1. «Fora dos casos previstos no artigo 19.º, a falta comparência, a recusa de depoimento ou não cumprimento das ordens legítimas de uma Comissão Parlamentar do Inquérito no exercício das suas funções constitui crime de desobediência qualificada para os efeitos previstos no Código Penal».

Portanto, recorda-lo ou ler para si algumas dessas normas é para que o senhor se situa e saiba como agir perante esta mesma Comissão.

Passo seguinte: ia-lhe perguntar, se bem que já nos confirmou o seu nome, acho que podemos prescindir disso, já nos confirmou mesmo que é Mário Pires dos Santos Neto de Ceita.

Qual é a sua actividade?

O Sr. **Director Comercial da Transcoprese**: — Bancário.

O Sr. **Presidente**: — Exerce a função a onde?

O Sr. **Director Comercial da Transcoprese**: — Energy Bank.

O Sr. **Presidente**: — Enviamos uma nota e deixa-me perguntar se o Sr. Mário Ceita sabe ou tem a consciência de porquê que está cá.

O Sr. **Director Comercial da Transcoprese**: — Sim tenho.

O Sr. **Presidente**: — Portanto, sabe que está relacionado com a participação da TRANSCOPRESE na compra de chapas de zinco.

Sr. Mário Ceita, a sua empresa participou no leilão?

O Sr. **Director Comercial da Transcoprese**: — Não, não.

O Sr. **Presidente**: — Como é que soube da venda das chapas de zinco?

O Sr. **Director Comercial da Transcoprese**: — Segundo informações que tive, porque se falou na praça pública que havia alguns contentores de chapas de zinco no Porto das Alfândegas, foi aí que tive conhecimento.

O Sr. **Presidente**: — Praça pública, assim de uma forma aleatória ou através de alguém?

O Sr. **Director Comercial da Transcoprese**: — Não concretamente, ouvi por alto.

O Sr. **Presidente**: — E face a isso quais foram as diligências que encetou.

O Sr. **Director Comercial da Transcoprese**: — A primeira coisa que fiz, tendo eu uma empresa de importação, exportação e prestação de serviços, dirigi-me as Alfândegas fui ter directamente com a Directora perguntando se era real a existência desses contentores de chapas de zinco.

Foi ali que ela me confirmou que sim e perguntei a quantidade e foi-me dito. Perguntei se podia fazer uma proposta oficial. Ela me disse que podia fazer, foi nesse intuito que fiz a proposta a Directora das Alfândegas.

O Sr. **Presidente**: — Então, a sua empresa apresentou uma proposta concreta a Direcção das Alfândegas.

O Sr. **Director Comercial da Transcoprese**: — Sim.

O Sr. **Presidente**: — Tem consigo a cópia dessa proposta.

O Sr. **Director Comercial da Transcoprese**: — A determinada fase da proposta, porque aquilo levou algum tempo depois de eu ter apresentado e posso dizer-lhe que a cópia do documento que deu entrada não tenho, mas estava no computador. Este não está assinado, mas aquele que deu entrada estava assinado.

Pelo facto das coisas não terem corrido bem cheguei ao ponto de desanimo, até nem liguei mais essas coisas e nem sei onde que meti os documentos.

Posso lhe dizer que a empresa está em fase de extinção, porque achei que não fazia sentido continuar com este tipo de operações.

O Sr. **Presidente**: — Não tem consigo a cópia do documento oficial. O registo que nos diz ter retirado do computado, não obstante não ter assinado. Faz fé?

O Sr. **Director Comercial da Transcoprese**: — Sim.

O Sr. **Presidente**: — Dá-nos a garantia, poderá subscrever como documento...

O Sr. **Director Comercial da Transcoprese**: — Sim, sim. É um documento que confirma que realmente a proposta foi apresentada.

O Sr. **Presidente**: — Os Srs. Deputados vêem alguma inconveniência do Sr. Mário Pires em dar-nos esse documento, já que ele próprio afirma que é a cópia, não obstante não estar assinado.

Porque não temos nos nossos registos nenhuma proposta nem cópia dos documentos trocados entre a TRANSCOPRESE e a Direcção das Alfândegas.

O Sr. **Director Comercial da Transcoprese**: — Normalmente quando se apresenta uma proposta...

O Sr. **Presidente**: — Já solicitamos, mas até agora não obtivemos.

Srs. Deputados vêem alguma inconveniência de recebermos o documento que o Sr. Mário Pires dos Santos diz ser a cópia do documento que enviou?

Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Da minha parte não há inconveniência, não faz fé porque não está assinado, mas poderá balizar-nos para termos algum entendimento. Por isso, nada nos impede de receber o documento mesmo não estando assinado.

O Sr. **Presidente**: — Ok. Depois de ter apresentado a proposta a Direcção das Alfândegas não houve nenhuma outra troca de correspondência, nem nenhum outro encontro entre a sua empresa e a Direcção das Alfândegas, nem nenhum outro órgão do Estado?

O Sr. **Director Comercial da Transcoprese**: — Não. Após ter submetido a proposta algumas semanas depois voltei a perguntar a Directora se havia alguma resposta em relação a minha proposta.

Naquele momento não havia uma resposta, então, nunca mais houve aquele contacto para saber se já se decidiu se era a minha empresa ou outra, nada disso.

O Sr. **Presidente**: — Não teve nenhuma outra relação com nenhum outro órgão do Estado?

O Sr. **Director Comercial da Transcoprese**: — Não, não.

O Sr. **Presidente**: — Só com a Directora das Alfândegas.

O Sr. **Director Comercial da Transcoprese**: — Sim.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Viegas.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — O Sr. Mário Ceita não terá recebido pelo menos uma nota da Direcção das Alfândegas a dizer que recebeu o seu documento?

A dar conta pelo menos que tem o seu documento.

O Sr. **Director Comercial da Transcoprese**: — É como lhe disse, a proposta foi submetida e levei uma cópia para ser assinada pela recepcionista naquela altura, acho eu, ela me deu a cópia, só que não sei onde meti.

A cópia foi me dada.

O Sr. **Presidente**: — Cópia do quê?

O Sr. **Director Comercial da Transcoprese**: — Da proposta, acusação da recepção.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, o Sr. Mário Pires está a vossa disposição para uma outra questão. Tem a palavra o Sr. Deputado Gil Costa.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Sr. Presidente, bom dia Sr. Mário.

Vou colocar ao Sr. Mário algumas questões e peço-lhe que procure responder de forma imparcial, porque como foi feita a abordagem pelo Sr. Presidente, estamos perante uma CPI com poderes judiciais onde qualquer crime de desobediência, de faltar a verdade implica sanções criminais.

Mas, quero lhe dizer que caso colabore, se calhar não será necessário recorrermos a essas sanções.

Para lhe informar que o senhor não é o primeiro a ser ouvido, já tivemos aqui a Directora das Alfândegas, o Director do Comércio, uma série de pessoas de instituições ligada a administração do Estado que participaram neste processo. Portanto, já temos algumas informações.

Por isso, que lhe peço para dizer aquilo que compete e só a verdade, porque qualquer contradição que houver entre os depoimentos poderá lhe implicar, o que não é nossa intenção, implicar alguém inocentemente.

Por isso, que lhe peço, como pessoa conhecida, como amigo que apenas diga a verdade.

Sr. Mário, tivemos conhecimento que a Sra. Directora das Alfândegas disse as empresas que submeteram as propostas naquela Direcção que as Alfândegas não tinham competência para negociar as chapas.

Temos no registo, isso foi dito pela Sra. Directora das Alfândegas, recordo muito bem e realmente há essa contradição. O senhor está a dizer que submeteu a proposta, ficou a espera da resposta e nunca mais obteve a resposta e desistiu.

Mas, a Sra. Directora nos disse que ela informou as empresas que as Alfândegas não tem competência para vender as chapas e que não ia fazer isso.

Gostaria que o senhor nos situasse melhor com relação a essa situação.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Mário Pires dos Santos.

O Sr. **Director Comercial da Transcoprese**: — Isso é muito simples. Se a Directora disse que as Alfândegas não tinham competência para negociar as chapas, ela como Directora devia ter mais informações para fornecer.

Eu não podia participar no concurso sem previamente ter informações acerca do produto. Sabia que era um produto, mas não sabia se era de 3m, 5m ou 6m, não sabia a quantidade. Eu teria que ter algumas informações antes de apresentar a minha proposta e foi nesse intuito, pura e simplesmente, que dirigi-me a ela e ela deu-me esses dados e depois apresentei a minha proposta, simplesmente isso.

Como vê o meu documento está direccionado a Direcção das Alfândegas e não a uma outra instituição qualquer.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Não sei se fiz entender Sr. Mário. O que eu pergunto é o seguinte.

Foi dito pelo senhor que submeteu a proposta a Direcção das Alfândegas, uma semana depois voltou para saber a resposta, ainda não tinha resposta e foi esperando até que desistiu.

Mas, foi-nos dito pela Directora que ao receber as propostas informou as empresas que a Direcção das Alfândegas ia executar o negócio de venda das chapas, que as Alfândegas não faz o negócio de vendas das chapas.

Pelo que pude entender o senhor tentou negociar com as Alfândegas quando a Directora nos disse, que ela disse as empresas que as Alfândegas não negociam as chapas.

O Sr. **Director Comercial da Transcoprese**: — Exactamente.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Há uma contradição aí. É isso que quero saber.

O senhor conversou com a Directora, teve essa informação dela ou não.

O Sr. **Director Comercial da Transcoprese**: — De que as Alfândegas não tinham o direito de negociar as chapas?

Por acaso, a mim, isso não foi dito. Foi por isso, que não dirigi a nenhuma outra instituição para saber se havia uma resposta ou não porque foi na Direcção das Alfândegas que apresentei a minha proposta e meti o meu documento.

O Sr. **Presidente**: — Deixa-me só o ajudar. Quantos encontros teve com a Directora das Alfândegas?

O Sr. **Director Comercial da Transcoprese**: — Dois encontros. A primeira vez para obter informação e a segunda foi quando dei entrada dos documentos.

O Sr. **Presidente**: — Quando entregou os documentos teve novo encontro com a Directora só para lhe comunicar isso ou havia mais questões?

O Sr. **Director Comercial da Transcoprese**: — Sim, sim. Que já tinha dado entrada dos documentos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Gil Costa.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — O Sr. Presidente acaba de me ajudar.

Meu caro amigo está havendo contradições na sua declaração. O senhor ainda a bocado disse que depois de dar entrada de documentos, foi comunicar que deu entrada, um pouco antes, na sua primeira intervenção nos disse que algum tempo depois, passado duas semanas, por aí, foi procurar saber a resposta junto a Directora, portanto o senhor está a contradizer a si próprio.

Por isso, que lhe peço que tenha calma e diga apenas aquilo que aconteceu, para o seu próprio bem.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado quer fazer sequência ou quer...

O Sr. **Director Comercial da Transcoprese**: — No meu entendimento a contradição tem sido da sua parte.

Pura e simplesmente, volto a repetir, para obter informações dirigi-me a Directora das Alfândegas, foi-me passado informações, apresento a minha proposta.

No dia em que dei entrada do documento na secretária voltei a encontrar com a Directora a dizer que já dei entrada dos documentos.

Quando volto a falar com ela, era após ter já dado entrado dos documentos para saber se havia alguma resposta ou não. Não vejo onde é que há contradição naquilo que digo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Alexandre Guadalupe.

O Sr. **Alexandre Guadalupe** (ADI): — Só para dizer que a Sra. Directora na altura quando estava a responder as questões aqui, tinha dito de que havia comunicado a uma outra empresa de que as Alfândegas não fazia vendas das chapas, mas entretanto a senhora nos disse cá que recebeu algumas propostas, o bom deve ser dito.

Acredito que a proposta do Sr. Mário pode ser uma delas, a senhora assumiu que recebeu algumas propostas.

O facto de ter sido já um acordo de que seria a Direcção do Comércio a proceder a venda das chapas creio que o documento devia ter sido submetido a Direcção do Comércio por parte da Direcção das Alfândegas, mas que a senhora assumiu que recebeu, recebeu de facto, segundo ela.

Só isso que queria tentar ver na base do que se instala aqui entre o Sr. Deputado e o Sr. Mário. Essa é a minha contribuição que queria dar.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Sr. Mário, não quero ser insistente consigo, mas devo lhe dizer que estou apenas a cumprir o meu papel, estamos perante uma investigação para esclarecer os factos.

E com relação a isso, enquanto as coisas não forem esclarecidas e enquanto eu continuar a ter dúvidas irei ser insistente e persistente, mas também um pouco com o objectivo de lhe ajudar porque está claro ou não, mas na minha óptica está claro, os objectivos que nortearam esta venda, mas continuo a lhe dizer que o senhor está a contradizer-se, porquê?

O senhor a bocado a responder o Sr. Presidente disse que teve dois encontros apenas com a Sra. Directora, mas na sua explicação dá-se a entender, tudo o que o senhor disse está gravado, sabemos que o senhor teve três encontros, aí é que está a contradição.

O senhor disse inicialmente que quando soube na praça pública da existência das chapas dirigiu-se a Directora para obter as informações precisas, para saber a quantidade das chapas, se podia ou não fazer alguma proposta ou coisa do género, disse isso.

Depois de confirmar o que ouviu na praça pública fez a proposta, depois de ter feito a proposta foi ter com a Directora para confirmar que deu entrada da proposta, foi dito por si, está gravado. O senhor disse também que duas semanas depois de ter feito a proposta voltou a ir ter com a Sra. Directora para obter dela alguma resposta, são três encontros, quando o senhor disse aqui textualmente que teve apenas dois encontros com a Directora.

Mas, está claro que há contradição, não quero dizer que o senhor está a faltar a verdade, mas existe contradição nas suas palavras, por isso que a lhe pedir que seja objectivo e explícito. Diga apenas a verdade.

Não sei com que objectivo o senhor..., como se diz normalmente quando a gente tenta fugir um pouco da verdade atrapalha-se. Volto a insistir, Sr. Mário, como pessoa conhecida, diga apenas aquilo que tem a ver consigo, não procure proteger ninguém. Diga apenas o que aconteceu e a sua participação no processo.

O Sr. **Presidente**: — Para lhe ajudar e talvez ajudar também o Sr. Mário.

Qual é a pergunta concreta?

Na sua observação houve três encontros. Concretamente o quê que o Sr. Deputado quer perguntar ao Sr. Mário que não está conseguindo obter?

Tem a palavra o Sr. Deputado Gil Costa.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Sr. Presidente, esta contradição que existe na declaração do Sr. Mário deixa alguma dúvida e é está dúvida que quero esclarecer.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Mário teve dois ou três encontros com a Directora? Tem a palavra o Sr. Mário Pires do Santo.

O Sr. **Director Comercial da Transcoprese**: — Antes de responder a sua pergunta concretamente, aí é o ponto que eu gostava de chegar.

Acho que o que está a criar problema que não deveria é, são duas ou três vezes que teve o encontro? É isso que a gente quer que fique claro.

Uma vez para me informar, a segunda vez para confirmar a entrada do documento e a terceira vez para saber se havia uma resposta ou não, simplesmente isso. Não vejo contradições nenhuma nas minhas observações.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado pela ajuda a esclarecer a questão do Sr. Deputado Gil Costa. Srs. Deputados, mais questões.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Jorge.

O Sr. **Paulo Jorge** (ADI): — Sr. Mário, após a entrega da proposta quanto tempo, só para confirmar, que ficou a espera da resposta?

O Sr. **Director Comercial da Transcoprese**: — Naquela altura, por aí duas semanas, e quando voltei a encontrar com a Directora para perguntar se havia já alguma resposta por parte da Direcção.

O Sr. **Paulo Jorge** (ADI): — E na altura o quê que a Sra. Directora respondeu?

O Sr. **Director Comercial da Transcoprese**: — Que não havia resposta nenhuma e a partir daí nunca mais voltei, porque não fazia sentido. Fiquei a espera que recebesse alguma notificação ou algum telefonema a chamar, como nada disso aconteceu ficou-se por aí.

O Sr. **Paulo Jorge** (ADI): — Isso significa que a sua desistência deve-se a demora, falta de resposta ou porque soube que a chapa já tinha sido arrebatada por outra empresa?

O Sr. **Director Comercial da Transcoprese**: — Por acaso não, era só pela demora.

O Sr. **Paulo Jorge** (ADI): — Simplesmente por causa da demora.

O Sr. **Director Comercial da Transcoprese**: — Sim, simplesmente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Viegas.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Desde o último encontro com a Directora a que fez referência nunca mais houve nada, nem comunicação nenhuma, nem da sua parte, nem da parte da Sra. Directora?

O Sr. **Director Comercial da Transcoprese**: — Não, não. Porque se for ver a data que dei entrada dos documentos aquilo caiu no esquecimento e também desinteressei.

Nunca mais voltamos a encontrar, nunca mais voltei a frisar nesse assunto e pura e simplesmente desisti. Porque até podia apresentar a segunda proposta muito mais tarde quando se passou a tutela a Direcção do Comércio, acho eu, quase já não fazia sentido apresentar a segunda proposta, já tinha desistido

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Gil Costa.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Sr. Mário, é verdade que o senhor aparece como Director Comercial, qual é o envolvimento do seu sócio nesse negócio.

O Sr. **Director Comercial da Transcoprese**: — Apenas um parecer, não é para formar empresa, tinha que arranjar um sócio.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Não, desculpe. No negócio, se ele teve conhecimento, acompanhou.

O Sr. **Director Comercial da Transcoprese**: — Claro que ele tinha conhecimento, não podia fazer isso a revelia. Somos dois parceiros, aquilo que faço em relação a empresa também tem que ter consentimento do meu sócio.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — A desistência foi também concertada com o seu sócio.

O Sr. **Director Comercial da Transcoprese**: — Sim e a desistência partiu de mim, porque há muita burocracia. Não é a primeira vez que a gente se envolve em coisas dessas. Independentemente dessa empresa, já tive outra empresa.

As coisas não funcionam e não estou aqui para perder tempo com essas coisas e pura e simplesmente achei que não era altura para continuar, desisti.

O Sr. **Presidente**: — Mais perguntas. O Sr. Mário fez referência a bem pouco tempo de ter tido conhecimento que a coisa se transferiu para a Direcção do Comércio.

Não teve nenhuma relação com a Direcção do Comércio?

O Sr. **Director Comercial da Transcoprese**: — Não.

O Sr. **Presidente**: — Nenhuma mesma?

O Sr. **Director Comercial da Transcoprese**: — Tive encontro com o Director do Comércio era para o pedido de alvará

O Sr. **Presidente**: — Não tinha nada a ver com as chapas.

O Sr. **Director Comercial da Transcoprese**: — Não tinha nada a ver com as chapas de zinco.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Jorge.

O Sr. **Paulo Jorge** (ADI): — Disse que o contacto que teve com o Director do Comércio não pronunciou rigorosamente nada referente às chapas de zinco.

O Sr. **Director Comercial da Transcoprese**: — Absolutamente. Só falei com ele porque..., aliás não o conhecia foi o meu colega que nos apresentou porque tinha alguma urgência em adquirir o alvará, falei com o Director, mas era apenas para a concessão do alvará, nada mais, nada relacionado com as chapas de zinco ou outro produto qualquer.

O Sr. **Paulo Jorge** (ADI): — Quer dizer que da sua parte, para todos os efeitos, o Director do Comércio não sabe que houve participação da sua empresa para aquisição dessas chapas.

O Sr. **Director Comercial da Transcoprese**: — Não, não, de maneira alguma porque quando dei entrada dos documentos foi na Direcção das Alfândegas, não foi na Direcção do Comércio.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Viegas.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Pode nos explicar porque razão é que foi pedir o alvará? Quer dizer que não tinha antes?

Quando foi para Directora das Alfândegas não tinha o alvará?

O Sr. **Director Comercial da Transcoprese**: — Isso já tinha acontecido.

Quando se vai ao Guichet Único trata-se ali dos documentos e tem que se ir a Direcção do Comércio para aquisição do alvará, só após a aquisição do alvará é que fiz o pedido porque..., aliás já tinha dito que não podia participar sem ter o alvará.

Portanto, isso de alvará não tem nada a ver e foi muito antes de fazer o pedido. Aliás, acho que o documento em si tem lá uma data e podem confirmar junto a proposta que apresentei e tentar comparar as datas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Gil Costa.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Acho que essas últimas declarações suscitam outras coisas. Foi-nos dito pelo Sr. Director do Comércio que não conhecia as empresas porque agora a lei faculta as empresas comerciais operarem sem o alvará, isso foi dito pelo Sr. Director do Comércio.

Houve um decreto do Governo que isenta algumas empresas, particularmente as empresas comerciais de importação, exportação, materiais de construção e géneros alimentícios de tirarem a licença..., parece que só as empresas de construção civil e outras que continua a ser necessário obter o alvará.

Isso foi dito, não com essa explicação toda que acabei de dar porque estas consegui ainda ontem junto ao Guichet Único, mas foi dito pelo Director que não conhecia as empresas porque hoje em dia as empresas não precisam de alvará para operarem enquanto empresa.

O senhor acaba de nos dizer que dirigiu-se a Direcção do Comércio para obtenção de alvará. Pronto, fico sem entender se a sua empresa tem ou não alvará. Foi criado o Guichet Único, tem essas informações.

O Sr. Director Comercial da Transcoprese: — Sr. Deputado, acho que o senhor é que se contradiz. Eu disse e muito bem, qualquer empresa, pelo menos do meu ponto de vista, para operar tem que ter alvará, o senhor complica-se não sei porquê.

Disse que tenho o alvará, a empresa foi criada no Guichet Único, demos o cartão de contribuinte e os documentos para a constituição da empresa, então quem que ia tratar do alvará? Tinha que ser eu.

Se forem a Direcção a Comércio vão lá ver que fiz a carta a pedir o alvará o qual foi-me concedido, a empresa tem um alvará.

O Sr. Presidente: — Vamos precisar uma coisa para não estarmos aqui ...

Quer a Direcção dos Registo e Notariados, quer o Guichet Único formalizam a constituição das empresas, os alvarás são concedidos pelos sectores competentes.

É verdade que ultimamente, também aqui na Assembleia, creio que foi o Sr. Ministro do Plano ou das Finanças que nos disse que há algumas actividades hoje que podem ser realizadas sem o alvará.

Pessoalmente, não sei quais são essas actividades, não sei se são as actividades de natureza comercial, mas gostaria de chamar atenção para virarmos as nossas questões essencialmente para a comercialização das chapas de zinco.

Algumas questões podem ser colateralmente importantes, mas vamos ao essencial que são as questões relacionadas com esse processo de venda das chapas de zinco.

Tem a palavra o Sr. Deputado Gil Costa.

O Sr. Gil Costa (PCD): — Obrigado Sr. Presidente por esse reparo, mas devo lhe dizer que a minha preocupação, entendo que para investigação que fique registado para que depois venha constar no relatório porque essas contradições quando existem é porque alguém está a faltar a verdade.

Foi-nos dito, recordo muito bem, pelo Sr. Director do Comércio que não conhecia as empresas que participaram e disse-nos que tinha em mãos a proposta da Transcoprese.

As propostas foram entregues na Direcção das Alfândegas, e foram encaminhadas para o Director. Tendo em mãos a proposta e tendo sido solicitado o alvará e ele nos disse na altura que não conhecia as empresas porque hoje de acordo com um decreto que foi feito pelo Governo um grupo de empresas não precisam de alvará para operar.

Ainda estive a ler essa lei ontem, não decorei, mas creio que esta empresa é uma das que pode ser abrangida por esse decreto.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Gil Costa quando insiste que o Sr. Director do Comércio teria dito que não conhece as empresas, o entendimento é de não conhecer nominalmente as empresas ou não conhece os sócios gerentes das empresas?

Porque o que o Sr. Mário está a dizer que eu depreendo é que entregou a proposta na Direcção das Alfândegas, não teve contacto, se estou a incorrer em erro me corrija, formal com a Direcção do Comércio para resolver a questão das chapas, mas sim que tratou a questão do alvará e presumo que teria sido muito antes da questão das chapas.

O Sr. Director Comercial da Transcoprese: — Muito antes. E é do meu conhecimento agora...

O Sr. Presidente: — Mas o que quero chamar atenção é que nos disse a dado momento da sua intervenção que depois de ter entregue os documentos e ter desistido ouviu dizer que a coisa tinha evoluído para o Comércio. Foi aí que lhe perguntei se de facto não teve nenhum contacto com...

O Sr. Director Comercial da Transcoprese: — Não, já tinha desistido desde aquela altura. Para dizer mais, até nem sabia que a minha proposta tinha sido enviada a Direcção do Comércio, nem fazia ideia.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Gil Costa.

O Sr. Gil Costa (PCD): — Só um esclarecimento. O encontro com o Director do Comércio foi a posterior ou muito antes?

O Sr. Director Comercial da Transcoprese: — Disse e volto a repetir, só me encontrei com o Director do Comércio para tratar do alvará que era muito antes de ter apresentado a minha proposta, simplesmente.

Não estou aqui para complicar, aliás quando apresentei a proposta era para ganhar dinheiro, não ganhei dinheiro..., não estou aqui para complicar.

O Sr. Presidente: — Tem palavra o Sr. Deputado António Ramos.

O Sr. **António Ramos** (MLSTP/PSD): — Tenho acompanhado a explicação do Sr. Director Comercial, Mário Pires dos Santos, mas tenho dúvidas quanto a horizonte temporal. Quando foi criado o Guichet Único, a data que entregou a proposta.

Portanto, fazendo a cronologia podemos entrar em pequenas contradições, mas de qualquer forma, recebi o documento agora vou estudá-lo para ter uma certeza total do assunto, mas gostaria que o Sr. Director Comercial..., talvez haja qualquer coisa para além disso que falamos, pode ser que tem outras informações importantes a nos dar.

Queria que nos brindasse com essas informações se houver possibilidade, com autorização do Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem palavra o Sr. Mário Pires dos Santos.

O Sr. **Director Comercial da Transcoprese**: — Caro deputado ao invés de complicar tento simplificar, não tenho nada a esconder.

A empresa foi criada com..., a ideia foi minha, fui falar com o meu sócio, queria a empresa porque achei que tinha que arranjar outra fonte de rendimento.

Vim aqui para esclarecer e deixar bem claro essas coisas, porque não ganhei nada com isso, antes pelo contrário, tempo perdido e mais. Agora, posso dizer-lhe que sou ex-director, porque a empresa acabou-se, não tem mais operações, nem me interessa mais.

O Sr. **Presidente**: — (...por deficiência na gravação não nos foi possível transcrever parte desta intervenção) ... 15 de Dezembro de 2010, a proposta do Sr. Mário foi em 27 de Abril de 2011, ou seja, um mês e meio depois.

Tem a palavra o Sr. Deputado Gil Costa.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Sr. Mário, já agora para que constasse também no nosso processo, gostaríamos que nos facultasse uma cópia do alvará da empresa. Não sei se a título de informação poderia nos dizer quanto tempo levou junto a Direcção do Comércio para obtenção desse mesmo alvará.

O Sr. **Director Comercial da Transcoprese**: — Esta a me perguntar ou precisa do alvará para chegar a essa conclusão?

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Se puder avançar já verbalmente o tempo que levou e depois nos fornecer também a cópia do alvará.

O Sr. **Director Comercial da Transcoprese**: — Aquilo não me levou muito tempo porque cumpri as formalidades todas que são exigidas pela Direcção do Comércio e consegui o alvará.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Mário vê alguma inconveniência em nos facultar uma cópia do alvará?

O Sr. **Director Comercial da Transcoprese**: — De maneira alguma.

O Sr. **Presidente**: — Dentro de quanto tempo pode nos facultar isso?

O Sr. **Director Comercial da Transcoprese**: — Não sei, posso trazer hoje, tenho isso no carro.

O Sr. **Presidente**: — Agradecia. Srs. Deputados, não sei se há mais questões, se não me permita fazer mais ou menos uma audiência curta para facilitar.

Queríamos lhe informar que depois vamos produzir uma acta e ela seria-lhe submetida para manifestar a sua discordância ou não e depois subscrever a parte que lhe compete e porque nós também subscreveremos a acta para constar no processo.

Podemos então concluir da audição ao Sr. Mário os seguintes aspectos:

Tomou conhecimento publicamente de que havia o processo de venda das chapas e em função disso encontrou-se com a Directora das Alfândegas onde obteve as informações concretas sobre a existência...

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Jorge.

O Sr. **Paulo Jorge** (ADI): — Sr. Mário, só queria ouvir de si. Disse que tomou conhecimento sobre a venda das chapas na praça pública, certo?

O Sr. **Director Comercial da Transcoprese**: — Sim.

O Sr. **Paulo Jorge** (ADI): — Foi a corrida e demora por demora do despacho do processo.

O Sr. **Director Comercial da Transcoprese**: — Correcto.

O Sr. **Paulo Jorge** (ADI): — Como ouviu na praça pública da existência desse mesmo produto também deve ter ouvido que ela depois foi arrebatada por uma empresa.

O Sr. **Director Comercial da Transcoprese**: — Desculpe, não percebo.

O Sr. **Paulo Jorge** (ADI): — Também deve ter ouvido que ela foi arrebatada por uma empresa.

O Sr. **Director Comercial da Transcoprese**: — Sim, por acaso também.

O Sr. **Paulo Jorge** (ADI): — Qual é o seu sentimento em relação a esse negócio.

O Sr. **Director Comercial da Transcoprese**: — Como disse. Nem seria necessário expor o meu sentimento porque alguém que cria uma empresa e pouco tempo depois desiste de tudo, mostra logo a frustração ou desânimo. É triste, mas o que posso fazer, já aconteceu.

O Sr. **Presidente**: — Já agora na sequência dessa questão. Conhecia a proposta das outras empresas?

O Sr. **Director Comercial da Transcoprese**: — Não. Mas, de acordo com o preço do tal produto no mercado naquela altura, foi por isso que apresentei a minha proposta. Aliás, está ali explícito que era 115 000 dobras para cada chapa de zinco.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Ramos.

O Sr. **António Ramos** (MLSTP/PSD): — O Presidente da mesa disse a data da criação da empresa, 15 de Dezembro de 2010 e recorreu em 27 de Janeiro de 2011. Tenho o processo de leilão foi em 27 de Setembro de 2010, vamos ver as datas calmamente.

O Sr. **Director Comercial da Transcoprese**: — Mas, a minha empresa não concorreu no leilão, a empresa nem tinha sido constituída ainda.

O Sr. **António Ramos** (MLSTP/PSD): — Ah, a empresa não tinha sido constituída ainda?

O Sr. **Director Comercial da Transcoprese**: — Não.

O Sr. **António Ramos** (MLSTP/PSD): — Porque vi que é só para Alfândega que...

O Sr. **Director Comercial da Transcoprese**: — Não participei no leilão.

O Sr. **Presidente**: — Estava dizendo que o Sr. Mário tomou conhecimento da existência das chapas para venda na praça pública, de seguida deslocou a Sra. Directora das Alfândegas onde obteve informações concretas da existência dessas chapas e da possibilidade da venda das mesmas, tendo de seguida feito uma proposta.

Proposta essa que consta nos arquivos das Alfândegas, não obstante ter-nos fornecido um documento que não faz fé por não estar assinado, mas que o mesmo diz ser a cópia do documento que foi enviado como proposta às Alfândegas.

Diz não ter tido resposta da sua proposta e por demora ter desistido e que relativamente a este dossiê não voltou a ter mais nenhum contacto com entidade pública nenhuma, correcto?

O Sr. **Director Comercial da Transcoprese**: — Correcto.

O Sr. **Presidente**: — Como dizia o Sr. Deputado Gil Costa e sublinhei isso no início, estamos num processo de averiguação ou de inquérito sobre esse processo, daí que gostaria de pedir para estar disponível caso se torne necessário voltar a ouvi-lo, sozinho ou em acareação com alguma outra entidade em função das necessidades, para clarificar em definitivo este dossiê. Gostaria de pedir a sua disponibilidade caso se tornasse necessário.

Se não houver mais questões e caso a síntese está mais ou menos correcta volto a relembrar que produziremos uma acta, muito brevemente e faze-la chegar a si para manifestar a sua concordância ou não e darmos os passos subsequentes.

Agradecemos a sua presença e pedimos desculpa por esse incómodo.

O Sr. **Director Comercial da Transcoprese**: — Isso não é incómodo. Vim cá para tentar colaborar, essa é minha obrigação, fui chamado e vim colaborar.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado e está dispensado.
Srs. Deputados, declaro encerrado a reunião.

Eram 10 horas e 25 minutos.